

## ENTREVISTA COM MARIA DA ASSUNÇÃO FOLQUE

Lenira Haddad

Universidade Federal de Alagoas, UFAL

### Apresentação

Maria da Assunção Folque é doutora em Educação pelo Instituto de Educação da Universidade de Londres (2008), instituição onde realizou o Mestrado em Desenvolvimento da Criança e Educação de Infância (1995). Educadora de Infância de formação inicial, trabalhou com crianças em idade pré-escolar durante doze anos. Atualmente é Professora Auxiliar na Universidade de Évora onde dirige os cursos de Mestrado Profissional em Educação Pré-escolar e Educação Pré-Escolar e Primeiro Ciclo do Ensino Básico (1º CEB). É membro do Centro de Investigação em Educação e Psicologia (CIEP) da Universidade de Évora, da International Society for Cultural Historical Activity Research (ISCAR), e sócia do Movimento da Escola Moderna Portuguesa (MEM). Foi representante da Associações Pedagógicas por parte do Movimento da Escola Moderna portuguesa no Conselho Nacional de Educação entre 2012 e 2016. Tem se utilizado das teorias histórico-culturais de aprendizagem e desenvolvimento para estudar: a Pedagogia da Educação de Infância; a Qualidade na Educação de Infância; Educação para o Desenvolvimento Sustentável na Infância; e o Desenvolvimento Profissional de Educadores de Infância e professores do 1º CEB. É autora de livro, capítulos de livros e diversos artigos relacionados à educação da infância e temas afins. Tem desenvolvido parcerias com pesquisadoras da UNESP-Marília e mais recentemente da UFAL. Assunção me acolheu na Universidade de Évora durante minha licença de capacitação no período de fevereiro a abril de 2017, oferecendo uma vasta e profícua programação que envolveu encontros de formação junto ao Movimento de Escola Moderna português, visitas a creches e jardins-de-infância públicos e privados, e a inserção nos cursos de Mestrado Profissional que dirige. A entrevista que segue tem como foco especificamente o tema da creche em Portugal abordado em várias dimensões, política, formativa e curricular.

### Entrevista<sup>1</sup>

**Assunção, obrigada por essa oportunidade que você me proporcionou junto à Universidade de Évora e ao Movimento da Escola Moderna português. Vamos iniciar a entrevista com questões relacionadas à creche em Portugal que serão divididas em três blocos: um sobre a estrutura política, outro sobre a formação dos educadores, e aí podemos incluir também o Mestrado Profissional oferecido pela Universidade de Évora, e um terceiro bloco sobre o currículo.**

**Dando início ao primeiro bloco a primeira questão é: qual o lugar da creche no sistema de educação e cuidado infantil aqui em Portugal, como está estruturada relativamente ao vínculo administrativo e como o Estado pensa a educação da criança na faixa de 0 a 3 anos? Também seria importante esclarecer se a creche em Portugal se relaciona à faixa etária de 0 a 3 anos ou a uma faixa mais ampliada.**

- Obrigada também por esta oportunidade. A creche em Portugal está direcionada para crianças dos 0 aos 3 anos. Em Portugal nós temos um sistema partido ou fragmentado da educação de infância, considerando que a educação de infância é a educação dos 0 aos 6 anos. Nós temos a creche, dos 0 aos 3 anos situada no Ministério da Segurança Social e, portanto, tutelada pelo Instituto de Segurança Social, enquanto que a educação pré-escolar, essa sim está no Ministério da Educação e constitui a primeira etapa da educação ao longo da vida. Portanto, a creche formalmente em Portugal ainda não está assumida como um serviço de educação, mas sim como uma resposta social. Aliás, os documentos que a regulam denominam-na de 'resposta social' pensada para as crianças cujos pais não podem assegurar integralmente a educação e o cuidado dos filhos<sup>2</sup>. Isso leva a que toda a regulamentação que existe tenha esse pendor mais assistencial e não tanto um pendor

<sup>1</sup> Essa entrevista foi realizada em Lisboa no dia 17/04/2017.

<sup>2</sup> A creche é um equipamento de natureza socioeducativa, vocacionado para o apoio à família e à criança, destinado a acolher crianças até aos 3 anos de idade, durante o período correspondente ao impedimento dos pais ou de quem exerça as responsabilidades parentais (Art. 3.º Portaria n.º 262/2011 de 31 de Agosto)

do direito à educação das crianças dos 0 aos 3.

### **Como acontece a seleção das crianças? Essas instituições então, não são públicas?**

Não. Não há creches públicas em Portugal. Houve, já houve, a própria Segurança Social tinha alguns estabelecimentos de educação de infância: os chamados centros infantis que atendiam a crianças dos 0 aos 6, eram poucos, não eram muitos, mas ao longo dos últimos 5-6 anos passaram todos para instituições privadas de solidariedade social que nós chamamos IPSS que são de iniciativa ou da igreja ou de associações de pais e outros cidadãos, portanto, de cariz privado, mas sem fins lucrativos. E depois existem as creches privadas com fins lucrativos. Portanto, neste momento, em Portugal, não existem creches públicas. Foi uma orientação do Governo, não deste, foi de dois Governos atrás acabar com o pouco daquilo que existia do público.

### **E qual a razão dessa orientação? Qual é a ideia que o Estado tem da responsabilidade sobre a criança dos 0 aos 3 anos para tomar essa atitude?**

Eu penso que subjacente a esta orientação está a ideia de que a educação das crianças dos 0 aos 3 anos só deve ser garantida se os pais não tiverem possibilidade de cuidar dos seus filhos.

### **Portanto é uma responsabilidade dos pais.**

É uma responsabilidade dos pais e isso vem claramente definido nos documentos o que, quanto a mim, contradiz aquilo que são os direitos da criança, nomeadamente o direito à educação desde que nasce. Este sistema repartido sempre foi assim, nunca a creche pertenceu ao Ministério da Educação, mas o que acontecia era que, muitas creches, as instituições privadas de solidariedade social, sempre atenderam às crianças dos 0 aos 6. Portanto, as creches estavam, nestes casos, integradas com a educação pré-escolar. Hoje em dia continua a ser assim, mas a regulamentação que foi feita ultimamente para a resposta social-creche a partir do Ministério da Segurança Social, vem introduzir procedimentos e enfoques que afastam ou que não estão em continuidade e em coerência com a regulamentação que o Ministério da Educação produz para a educação das crianças dos 3 aos 6 anos e, portanto, há neste momento uma fragmentação mesmo dentro das instituições que têm as duas valências, nomeadamente as educadoras de infância ganham menos salário quando estão na creche do que quando estão no pré-escolar. Isto leva a que as educadoras mais antigas não queiram ir para a creche, portanto, preferam ficar no jardim-de-infância que faz parte do sistema educativo e receber o subsídio que o Estado dá para pagar a um profissional que por parte do Ministério da Educação é mais alto do que é no Ministério da Segurança Social. Também os documentos orientadores/reguladores da qualidade para a creche e para os jardins-de-infância são totalmente diferentes porque provêm de ministérios diferentes e com lógicas diferentes.

### **Quer dizer que há uma sobreposição no atendimento das crianças dos 3 aos 6 anos, porque elas estão tanto na Segurança Social quanto na educação?**

Sim, todas as instituições privadas de solidariedade social (IPSS) que têm 3 a 6 são tuteladas pelo Ministério da Educação, portanto a mesma instituição recebe orientações e inspeção de uma forma para os 3 aos 6 e de uma forma diferente para os 0 aos 3.

### **Recebe orientação distinta desses dois ministérios.**

Sim.

### **No caso dos 0 aos 3 anos então recebe orientação só do Ministério da Segurança Social. E como é que fica a questão do pagamento do**

## **salário? Então o pagamento do salário é...**

Ele é diferenciado

## **Ele é diferenciado, um ganha mais que outro, e de onde vem o salário de quem trabalha com criança de 0 aos 3 anos?**

O que acontece é que a Segurança Social atribui, faz contratos com as instituições privadas de solidariedade social.

## **São convénios?**

São. Convénios que pagam...

## **Per capita.**

Por criança. E esse é um problema no meu ponto de vista ao pagar por criança, isso promove..., tem efeitos perversos, pois as instituições querem ter mais crianças e os números de crianças por grupo, aumentam.

## **O per capita é para 0 a 3 e 3 a 6, ou só para 0 a 3?**

Para 0 a 3. O salário das educadoras que trabalham com os 3 aos 6 é pago pelo Ministério da Educação, portanto não é “per capita”, porque sendo parte do Ministério, fazem parte da rede de educação pré-escolar tanto as instituições públicas como privadas sem fins lucrativos, mas o financiamento é diferente e isso levanta alguns problemas, evidentemente.

## **E isso faz com que as instituições da rede pública atendam só às crianças dos 3 aos 6 anos?**

As instituições de rede pública não têm creche porque o sistema educativo em Portugal começa aos 3 anos. E até há pouco tempo o primeiro critério para receber crianças era a idade das crianças e elas privilegiavam os mais velhos para garantir que nenhuma criança entrasse no ensino fundamental, no 1º ciclo, aqui em Portugal sem ter pelo menos um ano de educação pré-escolar, então, como não havia lugar para todas as crianças dos 3 aos 6 a rede pública privilegiava os mais velhos e muitas vezes o que acontecia era que a rede pública só tinha crianças com 5 anos. Agora, com a expansão da rede e com o Ministério da Educação a comprometer-se a garantir lugares para todas as crianças, este ano às crianças de 4 anos e no próximo ano até para todos os de 3 anos, irá ficar garantido o acesso. Garantir lugares não quer dizer que seja obrigatório. Portanto, a educação pré-escolar não é obrigatória em Portugal, mas a política é de universalização da oferta. Portanto, partindo do princípio que se oferece algo que é considerado bom, todas as crianças vão querer aceder a esse serviço. Na creche, não.

## **Quanto ao horário do funcionamento, há alguma diferença entre a creche e o jardim-de-infância?**

Até 1997, antes de sair a legislação que, de facto assume a educação pré-escolar como a primeira etapa da educação do sistema educativo, a Lei-Quadro<sup>3</sup>, um dos problemas que havia era que a rede pública estava só a funcionar durante 5 horas por dia, as 5 horas letivas que são de atividades orientadas para o desenvolvimento e a aprendizagem. Não atendia às refeições, aos prolongamentos de horários por via dos horários dos pais. E as IPSS tinham essa resposta, mas às vezes não tinham qualidade na parte da componente educativa, vamos lá chamar do currículo, imaginemos! Ao sair a Lei-Quadro – isso no tempo em que Teresa Vasconcelos era Diretora Geral da Educação Básica e a partir do relatório feito por ela e pelo João Formosinho para o Conselho Nacional de Educação, considerou-se que a educação pré-escolar tinha que atender à componente

<sup>3</sup> Refere-se à Lei n.º 5/97 publicada em 10 de fevereiro, que institui a Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar. Maiores informações em [http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/EInfancia/documentos/lei-quadro\\_educacao\\_pre-escolar.pdf](http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/EInfancia/documentos/lei-quadro_educacao_pre-escolar.pdf)

da educação e à componente da resposta às necessidades das famílias, ou seja, atendimento para providenciar refeições e prolongamento de horários, que os horários estivessem de acordo com os horários dos pais. O que acontecia até aí é que os jardins-de-infância da rede pública, que eram gratuitos estavam a ser frequentados pelas crianças que tinham uma avó que estava em casa, ou a mãe em casa, ou, e não pela grande faixa de crianças cujos pais trabalhavam a tempo inteiro e que não conseguiam ir busca-los às 3h da tarde, o que era um fator de desigualdade. A rede pública de educação pré-escolar, ao tempo, respondia bem às necessidades no meio rural, porque no meio rural há mais redes de suporte à família e mesmo que os pais trabalhassem havia sempre familiares, ou a própria comunidade tinha outros recursos. Contudo, no meio urbano nenhuma criança cujos dois pais trabalhassem poderia ter acesso à rede pública e foi a partir da Lei-Quadro que se garantiu que a rede pública contemplasse um horário de trabalho que pudesse responder, pelo menos, a oito horas diárias.

### **Como é que foi feito isso, porquê, alguns países conseguiram expandir o horário de trabalho dos professores, outros colocaram outro tipo de perfil profissional. Como é que Portugal resolveu essa questão?**

Os professores têm um horário de trabalho na rede pública de 35 horas, sendo que 25 horas são para as horas de trabalho com as crianças, de atividades orientadas para o desenvolvimento e para a aprendizagem e 10 horas para outras componentes do trabalho.

#### **Por exemplo, panejamento...**

Panejamento, trabalho com famílias, com a comunidade, avaliação e dentro dessas 10 horas eles têm que coordenar a componente de apoio à família. E, portanto, nessa componente de apoio à família, são outros profissionais que estão com as crianças (ex: animadores sociais, auxiliares), não há um perfil único.

#### **Não?**

Não. Depende muito de autarquia para autarquia porque essa responsabilidade ficou ou com as associações de pais que tinham que encontrar essa resposta ou com a autarquia; para essa componente há um financiamento pelo Ministério da Segurança Social.

#### **Então o Ministério da Educação não assume essa componente.**

Ah, não, não assume essa componente embora ele obrigue a que essa componente exista, não é? Não assume financeiramente, mas em termos de organização e legislação ele assume que tem que ter.

#### **Nesse caso foi estipulado um horário mínimo de funcionamento de 8 horas e o máximo?**

Não tem máximo, mas nas instituições do Ministério da Educação não é um horário muito alargado porque não tem tradição, mas nas IPSS o horário sempre foi alargado e continua a ser, às vezes as instituições estão abertas 10 a 12 horas por dia.

#### **Certo. Você saberia dizer qual é a percentagem de crianças de 0 a 3 anos atendidas em creches no país?**

A taxa de cobertura teve um expressivo aumento nas últimas décadas de cerca de 15,3% em 2000 para 41,8% em 2012 (GEP-MSESS, Carta Social 2012), ultrapassando as metas definidas para 2010 (33%) pelo Conselho Europeu de Barcelona (2002). Nós já ultrapassamos essa cobertura, mas é uma cobertura que foi definida de forma igual para todos os países da União Europeia, e Portugal é dos países onde existe a maior taxa de emprego de mães e pais a tempo inteiro com crianças dos 0 aos 6 anos. Penso que a Dinamarca tem uma taxa maior, mas na Dinamarca muitas das mães trabalham em part-time, enquanto em Portugal o trabalho part-time não é significativo. Portanto,

o que acontece é que as creches têm que responder a horários longos e a demanda é muito grande porque embora os números de resposta já ultrapassem as metas, ainda há muita necessidade principalmente porque não é igual em todo o país. O acesso é mais problemático nos grandes centros urbanos. Aí a taxa de cobertura não é suficiente e mais, o equilíbrio entre creche com fins lucrativos e creches sem fins lucrativos é muito desigual. Enquanto em distritos menos centrais a taxa de cobertura é quase toda dada por instituições sem fins lucrativos (79%) que tem capacidade para responder de acordo com os recursos económicos dos pais, nos grandes centros urbanos muitos pais que trabalham não têm alternativa senão pagar um preço elevado para uma creche privada. Os distritos de Lisboa (43 %), Setúbal (42 %), Porto (34 %) e Leiria (31 %), apresentam um peso acima dos 30 % de creches da rede privada/lucrativa<sup>4</sup>. Como os pais não podem pagar mensalidades altas, isso leva a que as creches privadas tenham uma qualidade mais baixa, paguem mal aos educadores, tenham condições de trabalho muito precárias, bem como o material e as condições de espaço muito frágeis. A natureza das instituições – privadas com fins lucrativos – leva a que as instituições para poderem obter o lucro comprometam a qualidade e, portanto, nós temos uma situação problemática. Isto não acontece em todos os distritos, volto a dizer, mas acontece nos distritos de maior densidade de população. Para colmatar esta falta de respostas, em vez de se abrirem mais salas de creche, assistimos nos últimos anos ao aumento do número de crianças por grupo.

### **Aumentou o número de crianças por grupo?**

Aumentou. Por exemplo, no berçário eram 8 crianças, passou a 10. Na sala de um ano eram 10 crianças e passou a 14, e nos 2 anos de 15 passou para 18<sup>5</sup>. É também a partir desta legislação que deixa de se garantir que haja duas auxiliares por grupo. O resultado é que algumas instituições têm os rácios muito grandes e isso está a comprometer também a qualidade da educação na creche. Mas não é apenas a legislação que nos preocupa; ao entrar recentemente em várias creches, eu vi que eles iam além disso. Portanto, o número máximo que a lei permite já é preocupante, mas há instituições que vão além disso; e eu pergunto-me, mas como isso é possível? A lei não permite, mas os técnicos do Ministério da Segurança Social estão a par. De acordo com o que me informaram, as instituições podem fazê-lo mediante o pagamento de uma multa. Isto é muito grave, pois quer dizer que o ministério que tutela as creches permite que se comprometa a qualidade do atendimento por dinheiro; ao mesmo tempo isto também lhes permite apresentar taxas de cobertura que são números muito satisfatórios. Preocupa-me muito esta situação.

### **Com certeza**

Preocupa-me muito porque a vida de uma criança na creche com grupos muito grandes é uma vida muito institucionalizada, muito marcada por rotinas, muito homogeneizadas não atendendo à individualidade, à flexibilização de horários, nada disso é possível quando eu tenho muitas crianças para atender às necessidades de higiene, ao almoço, a refeições, a dormir; e então, no fundo, o sistema passa a produzir um efeito quase de fábrica, de mecanização do trabalho para ‘despachar’ as crianças. Neste momento é uma coisa que me preocupa muito e que a creche em Portugal precisa de ser grandemente repensada.

### **Se há um maior número de mães que trabalham em tempo inteiro e não tem um número suficiente de creches, existe alguma outra modalidade de atendimento como têm outros países, por exemplo de famílias crecheiras, ou...**

Tem as amas, as amas, temos também.

### **E como é que funciona?**

4 Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social. Carta Social rede de serviços e equipamentos relatório 2014. <http://www.cartasocial.pt/pdf/csosocial2014.pdf>

5 Portaria n. 262/2011 de 31 de agosto - estabelece as normas reguladoras das condições de instalação e funcionamento da creche.

É assim, a sociedade responde às necessidades de forma autónoma, não fica à espera do Governo, não é? Portanto, amas ilegais, clandestinas, sempre houve. Conheço muitas pessoas que utilizaram amas que não eram legalizadas, mas desde há muito tempo que existe a figura - a creche familiar que é um conjunto de amas, normalmente associadas a uma IPSS ou associadas aos antigos centros infantis da Segurança Social ou aos da Santa Casa da Misericórdia. Esta era a situação anterior. Estou a falar antigamente, até ao Governo anterior havia as amas...

### **Até que ano aproximadamente?**

Até ao Governo que entrou em 2011, portanto em 2011- 2015 havia as amas e tinham que ser legalizadas, não era permitido uma pessoa fazer um serviço de ama se não fosse legalizada, embora existissem muitas, mas não estava na lei e esse Governo liberalizou esta profissão das amas e ao liberalizar, ele desinvestiu nas amas legalizadas porque as amas legalizadas eram uma rede de amas que tinha uma educadora de infância que trabalhava com elas e trabalhavam em rede. Portanto, que visitava as amas, que fazia formação às amas, essa instituição era responsável pela formação das amas e por um acompanhamento continuado a esse grupo de amas. Portanto, a qualidade era garantida, talvez por via dessa ligação a uma instituição e acesso à formação e com condições específicas para serem legalizadas. Os pais inscreviam-se na Segurança Social ou na Misericórdia, não se inscreviam diretamente com a ama.

Agora as amas foram liberalizadas, as pessoas que querem ser amas podem fazê-lo independentemente de qualquer ligação a uma instituição; o pagamento é acordado entre famílias e amas e é apenas exigido ter o mínimo de formação que é muito pouco, ou ter experiência de 2 anos. São requisitos muito reduzidos que podem por em risco as condições do serviço prestado, principalmente quando há muita falta de respostas.

### **Você tem uma ideia da percentagem de crianças que é atendida por essa via?**

É muito pouca, não é significativa.

### **Ainda sobre a creche, como é garantida a qualidade?**

O Instituto de Segurança Social montou, ou implementou um sistema de avaliação da qualidade de certificação da qualidade chamado Modelo de Avaliação da *Qualidade Creche (ISS, 2005; 2005a)*. Dele depende não só a licença para estar em funcionamento como, no caso das IPSS os contratos de financiamento do estado. Este sistema teve alguns efeitos positivos na qualidade das estruturas e dos procedimentos mas tem, por outro lado, uma lógica um pouco afastada de alguns pressupostos da educação da Infância. Ele é um modelo baseado na satisfação do cliente. Portanto, com uma lógica que é totalmente diferente daquela que é a relação de confiança e de parceria que se entende que é aquela que deve existir entre pais, famílias e profissionais. Para além do próprio modelo de avaliação dessa resposta não valorizar a educação, porque a creche não está de facto no sistema educativo, ele é altamente burocratizado e foi feito numa lógica da Intervenção Precoce; a intervenção precoce é um sistema que existe para as crianças que estão em risco ou com algum problema de desenvolvimento, ou em risco de poder ter um problema de desenvolvimento.

### **Como se chama?**

SNIPI- Sistema Nacional de Intervenção Precoce. Funciona muito bem com equipas multidisciplinares centrados na família, mas com uma abordagem para a criança individual. Ora aquilo que é pedido em todos os instrumentos para a avaliação da qualidade da creche é por exemplo: pedir-lhe para que as educadoras façam planeamentos individuais para cada criança. Coisas sem sentido que depois se torna muito burocrático, tem muitos procedimentos altamente burocráticos que afasta o educador/a do essencial que é o trabalho educativo com um grupo de crianças e não com uma, mais uma, mais uma. Este sistema tem introduzido algumas tensões nas instituições. O Instituto da Segurança Social contratou entidades externas para avaliar a qualidade, com técnicos sem formação em educação de infância o que vem desvalorizar aquilo que é o conhecimento sobre o que é a educação dos 0 aos 3 anos; podem ser Psicólogos ou Assistentes Sociais que têm

o seu valor enquanto profissionais, mas não são especialistas de educação. Portanto, há aqui toda uma fricção e um mau estar e alguns efeitos perversos, as educadoras passam horas a preencher papéis e muitas vezes deixando para trás aquilo que deveria ser a sua prioridade de trabalho com as crianças e com as famílias.

### **E como é a qualificação dos profissionais para a creche?**

Na creche é exigido que todas as salas tenham um/a educador/a de infância com qualificação menos no berçário.

### **Como é então Assunção?**

A lei, a lei não obriga a que haja uma educadora de infância a trabalhar... tem que ter uma educadora de infância responsável pelo berçário, mas ela pode ser responsável por duas salas, não tem que ter uma educadora de infância permanentemente no berçário.

### **E quem é ou outro profissional?**

São auxiliares. Dantes era uma enfermeira, agora não, são pessoas com qualificação para o trabalho com crianças ao nível do 12º ano<sup>6</sup>, é muito vago. A creche precisa de ser pensada, mas há muitas instituições que percebem que têm que ter uma educadora de infância desde o berçário e têm.

### **Qual é a grande dificuldade, a grande barreira para as creches passarem para a educação? Existe algum movimento social pressionando ou discutindo essa questão?**

Existe agora uma petição *on-line*. É um abaixo-assinado para a Inclusão dos 0-3 anos no sistema educativo - Alteração da Lei de Bases do Sistema Educativo<sup>7</sup>.

### **Mas você acha que há uma resistência do Ministério da Educação?**

Do Ministério da Educação não há resistência, há um grupo que está a trabalhar entre ministérios para tentar pensar como contornar isto, mas isso implicaria mudar a Lei de Bases do Sistema Educativo que é uma lei fundamental e que precisa de um acordo no Parlamento de dois terços. Embora essa lei já tenha sido enxada de alguma maneira, por diversos motivos, mas ainda não está no que se refere à inclusão dos 0 aos 3 anos no sistema educativo. Eu penso que ao nível da sociedade ainda não se tomou consciência de que isso é um problema. Isso também revela que enquanto país nós temos um caminho a fazer naquilo que é a representação social de um país sobre a quem pertence a educação da criança dos 0 aos 3, não é? E de algum modo as próprias famílias, a sociedade civil interioriza essa ideia de que é responsabilidade da família, é um problema de ela ter que resolver essa questão, não é? Ou então é do Estado quando são crianças cujos pais têm condições socioeconómicas que não permitem cuidar dos filhos, ou problemas de risco para as crianças, mas não como um direito de todas as crianças e de todas as famílias que é isso que eu penso que deveria ser. Até para não se criar instituições guetos pois muitas vezes as instituições que têm que responder às necessidades mais prementes e acabam por acolher apenas crianças com necessidades a nível socioeconómico e cultural não permitindo um convívio entre populações de diversas origens e estratos sociais.

### **É por isso que eu perguntei anteriormente como é o critério de seleção porque...**

As creches com acordo com a Segurança Social têm, em princípio, que dar prioridade a crianças em situação de perigo, crianças com precariedade socioeconómica, crianças cujos pais trabalhem, crianças com necessidades educativas especiais. No entanto, isto não é obrigatório e

6 Equivale ao Ensino Médio no Brasil.

7 <http://peticaopublica.com/pview.aspx?pi=PT83474>

fica ao critério da instituição estabelecer as regras.

### **É o oposto no jardim-de-infância, onde a tradição era o mais velho, não é?**

Neste momento na Educação Pré-escolar as prioridades são para os mais velhos mas em situação de desempate privilegiam-se as crianças com NEE, filhos de jovens menores e crianças cujos irmãos frequentam o jardim-de-infância.

### **Passando agora para o segundo bloco, diante desse panorama que tem as suas incoerências e inconsistências, essa fragmentação no atendimento, como é que se dá a formação, como ela é pensada tanto no plano nacional quanto em relação a algumas estratégias específicas que têm sido definidas?**

Bom, a formação tem muitas questões também, se pensarmos na creche. Temos um sistema de formação de professores que não responde, eu diria que não responde à necessidade e formação dos educadores da creche, mas explico porquê. Isto também tem uma história ao nível da dignidade profissional e do estatuto profissional dos educadores de infância que, historicamente, sempre tiveram um estatuto menos reconhecido pela sociedade, como em muitos países, os professores do secundário eram, tradicionalmente os mais qualificados, com o estatuto maior. Em Portugal, conseguiu-se uma grande conquista que foi, todos os professores terem o mesmo nível de formação e terem a mesma carreira enquanto professores e o mesmo salário, independentemente do nível de educação.

### **Portanto, eles têm progressão de carreira, o mesmo salário, as mesmas condições.**

Sim, embora, por exemplo, a jornada de trabalho possa depender da forma como cada ciclo é organizado. Foi realmente uma grande conquista. E isso começou por via dos professores, dos educadores que estavam na rede pública porque eles estavam em instituições com outros níveis de ensino e, portanto, foi porque houve instituições de educação Pré-escolar do Ministério de Educação que foi também permitido reconhecer o trabalho dos educadores de infância. Também é verdade que a investigação tem produzido resultados inequívocos sobre a importância dos primeiros anos ao nível do sucesso académico e eu penso que isso contribuiu para se perceber que a educação de infância não é uma coisa de menor importância, ela pode ser decisiva naquilo que são depois os percursos de vida das crianças e até mesmo ao nível da gestão dos recursos, não é? É mais barato pagar uma boa educação de infância do que pagar os efeitos de não ter uma boa educação de infância. Portanto, o que aconteceu foi que com o processo de Bolonha<sup>8</sup>, todos os educadores de infância passaram a ter como qualificação inicial o mestrado. Na altura esteve em discussão se eles ficariam no nível de Licenciatura, ou se ficariam no nível de Mestrado e conseguiu-se essa conquista por respeito também ao seu papel social e ao reconhecimento da sua importância.

### **Essa conquista foi a nível da União Europeia, ou foi...**

A nível nacional. Em termos de educação da infância a situação na Europa não é homogénea e até são poucos os países que têm a formação dos educadores de infância ao nível de Mestrado, o que significa que Portugal está à frente.

À frente, mas nesse sentido, foi bom, entramos no mesmo comboio, mas entramos num comboio que, por vezes, não atende à especificidade da educação de infância e, portanto, o modelo que foi criado é um modelo com alguns problemas. Por exemplo, é um modelo que trouxe como

---

<sup>8</sup> O quadro legal da formação de professores integra-se na reforma da formação de nível superior na Europa, abrangendo Portugal desde 2010, e concebido com a Declaração de Bolonha. Texto da Declaração conjunta dos Ministros da Educação europeus reunidos em Bolonha a 19 de Junho de 1999. <http://www.ehea.info/>.

benefício pensar que a educação de infância e o 1º Ciclo do Ensino Básico<sup>9</sup> são modalidades de educação de monodocência, quer dizer que é um professor que gere o currículo em todas as áreas para que ele seja holístico e não disciplinarizado e fragmentado, e isso é bom. E para que a transição da educação pré-escolar para o 1º Ciclo não seja um grande fosso, procurou-se que a informação de base dos profissionais fosse a mesma e, portanto, nós temos 3 anos de licenciatura em Educação Básica que é o primeiro patamar da formação comuns aos futuros educadores de infância e aos professores do 1º e 2º ciclo. Ora, neste modelo de formação<sup>10</sup> para atender à necessidade de formação para o ensino fundamental ele requer que a Educação Básica tenha muitas horas do que chamamos a área docência, ou seja: Português, Matemática, Ciências humanas e Ciências naturais, História, Geografia e as Expressões Artísticas (Plásticas, Dramática, Musical) e a Educação Física. Depois temos outras áreas de formação: a área das Didáticas Específicas, ou seja, como é que trabalhamos o ensino dentro das áreas disciplinares, também. Depois temos a área de Iniciação à Prática Profissional onde se incluem o Estágio, e todos os contatos como o terreno<sup>11</sup>. Por fim, temos uma área que se chama Formação Educacional Geral. Essa área é onde está a Psicologia, a Sociologia, a Administração, as Necessidades Educativas Especiais, a Filosofia, etc. Considero que essa área é fundamental e quando nós pensamos em creche, por exemplo, eu tenho dificuldades, com o número de ECTS que eu tenho para aquela área, em garantir que os alunos tenham formação no trabalho com as famílias, no trabalho com a comunidade, na Sociologia da Infância, na Psicologia. É muito pouco para uma formação de um profissional que tem que conceber de forma mais holística e abrangente o processo educativo de uma criança que implica a sua família e o contexto e se calhar deve implicar diferentes modos de organização e ou até de educação não só escolar. E depois têm muito tempo para as disciplinas, o que é importante, mas é o equilíbrio que não está bem feito, quanto a mim. Depois da licenciatura em Educação Básica vem o mestrado que é onde os/as alunos/as optam pelo nível de educação que querem: o Mestrado em Educação Pré-escolar (um ano e meio); O Mestrado em Educação Pré-escolar e Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico que prepara simultaneamente para a educação infantil e para o 1.º CEB (dois anos).

É bom ser o nível de Mestrado, isso eu acho que é muito bom..., portanto, aí provoca de algum modo uma seriedade de formação que eu penso que se reverte também em termos do próprio desenvolvimento cultural do aluno que vai trabalhar como educador de infância, eu acho que isso é importante e também as exigências que o Mestrado tem ao nível de uma prática refletida com uma dimensão investigativa, eu penso que é um avanço na qualidade da formação. Agora não é o modelo ideal pelo equilíbrio das componentes, acho que não é ideal, mas existem de facto algumas conquistas importantes.

Apesar do nosso sistema educativo ainda não contemplar a creche, a formação dos educadores de infância já contempla em muitos casos a formação específica para estas idades. Pela primeira vez, temos alunos a fazer o estágio final em creche, isto também nunca aconteceu, a formação em creche era residual.

### **Mas isso em Évora.**

Não, não, em várias instituições do país, embora não em todas, uma vez que formalmente a creche não faz parte do sistema educativo.

### **Conte um pouco do Mestrado profissional que você dirige em Évora, que inclui a formação para a creche.**

Em Évora temos dois mestrados que preparam educadores de infância. O Mestrado em Educação Pré-escolar e o Mestrado em Educação Pré-escolar e Ensino do 1º CEB. Este último prepara ao mesmo tempo para o ensino fundamental (1ª à 4ª série).

Como já referi, os mestrados vêm no seguimento da Licenciatura em Educação Básica (LEB). Já na LEB os/as estudantes têm algumas experiências de Iniciação à Prática Profissional. No 3ª

---

9 Em Portugal refere-se ao ensino fundamental - 1ª a 4ª série

10 Decreto Lei 79/2014.

11 Refere-se às instituições ou centros de educação infantil que são campos de estágio, nomeadamente creches e jardins-de-infância

ano eles/as podem escolher duas opções de entre a creche, jardim de infância e 1º CEB. Depois, no Mestrado em Educação Pré-escolar existe um estágio em creche e um estágio em jardim-de-infância. Mas no Mestrado Pré-escolar-1º Ciclo, eles têm estágio apenas em jardim-de-infância e no 1º CEB.

### **Enquanto diretora destes mestrados, que preocupações tem com a formação dos educadores de infância na UE?**

Digamos que há preocupações que são comuns aos 3 cursos que temos na Universidade de Évora e que funcionam com um projeto comum – A LEB, em Educação Pré-escolar e o Mestrado em Educação Pré-escolar e Ensino do 1º CEB. Procuramos que os/as estudantes tenham na formação uma experiência de enriquecimento cultural forte e que se assumam enquanto cidadãos na sua formação e também na sua profissão (futura). Temos trabalhado muito nos últimos anos com os professores de todas as áreas do conhecimento que lecionam nestes cursos no sentido de construirmos linguagens comuns e de reforçar a dimensão cultural do conhecimento e não tanto os conteúdos mais complexos que por vezes se tem a tentação de trabalhar. Por outro lado, temos também procurado implantar a formação na cidade de Évora, quer ao nível das instituições culturais e sociais (museus, biblioteca, teatro associações), quer ao nível do espaço público e da paisagem natural. Os estudantes têm que conhecer e fruir o património cultural, natural e humano que têm para poderem trabalhar a partir deles e com eles. Temos que sair das salas de aula e das folhas A4. Nesta dimensão temos diversas disciplinas que promovem este diálogo, por exemplo, “Projectos de Intervenção em Contextos Educativos Não Formais” na LEB e “Projeto Integrado de Artes, Humanidades, Ciências e Tecnologia” nos Mestrados. Outra marca do nosso projeto de formação é o contacto e a forte comunicação que procuramos ter com os profissionais das escolas. Não podemos formar um profissional sem um contacto frequente e um diálogo profundo com a profissão. Aqui, falo não é só dos diversos momentos em que os estudantes têm visitas a escolas e estágios de observação ou os estágios do mestrado onde já têm intervenção plena nos contextos. Este diálogo implica também uma presença frequente dos/as educadores/as na Universidade para participar em aulas apresentando a sua profissão de forma mais global mas também projetos específicos em que estão integradas ou até o trabalho em áreas específicas como foi o exemplo que você assistiu da Teresa Ohm que veio falar sobre como é que trabalhava as dimensões emocionais com as crianças na sua prática. Esta relação de parceria e de co-formação entre os professores da Universidade, os professores das escolas e os estudantes, é fundamental para o reforço de uma identidade profissional forte. Por outro lado, temos vários projetos de investigação-ação em que as escolas são nossas parceiras<sup>12</sup> e assim, com elas vamos fazendo um caminho que acaba por também ter um impacto positivo na qualidade das instituições para a infância.

### **Você falou que a formação também coloca ênfase na cidadania....**

Sim, esse é também um aspeto muito importante, pois pensamos que os estudantes devem viver na formação os processos de aprendizagem que queremos que eles depois utilizem nas suas práticas docentes com os bebés e crianças. Se queremos que eles aprendam a dar voz às crianças, temos que ter a preocupação na formação de utilizar formas de trabalho académico em que os estudantes tenham voz, possam interrogar-se e prosseguir projetos de trabalho motivados pelos problemas que eles próprios identificam. É nessa linha que fazemos do trabalho por projetos uma estratégia processual privilegiada ao longo da LEB e dos Mestrados em diversas disciplinas.

Um outro aspeto que é muito importante para nós é a utilização da escrita como instrumento de construção de conhecimento profissional. Procuramos que os estudantes aprofundem o seu conhecimento sobre as crianças, as famílias, os contextos educativos ou as comunidades onde intervêm e sejam capazes de uma escuta ativa, sensível mas também reflexiva. Sejam capazes de conceber o seu trabalho e planear com base no conhecimento que têm destes contextos mas também com base nos conhecimentos que foram construindo na Universidade. Nesse sentido utilizamos a escrita, que não é exatamente uma escrita académica como é utilizada na investigação

<sup>12</sup> Exemplos: Desenvolver a Qualidade em Parcerias – ME (FOLQUE, 2012); Construir a Sustentabilidade a partir da Infância (Folque; Oliveira, 2016).

mas é uma escrita profissional onde surge uma integração da teoria com a prática e onde o enfoque é sobre a ação educativa em contextos diversos e com diversos protagonistas. Associada a esta escrita está naturalmente uma dimensão de investigação sobre a ação pedagógica que ajuda os/as estudantes a conferirem cientificidade ao seu trabalho. Estes/as estudantes no Mestrado realizam ao longo dos estágios (creche e jardim de infância) um relatório da Prática de Ensino Supervisionada que é discutido publicamente em provas académicas como as dissertações de mestrado.

### **Esse relatório abarca todo o trabalho desenvolvido no estágio?**

Não, cada estudante escolhe uma temática para aprofundar ao longo dos dois estágios e apresenta esse trabalho; Por exemplo: 'Exploração do mundo através de materiais naturais', 'A participação das crianças na avaliação e planeamento', 'Promover a literatura infantil na educação de infância'. O trabalho tem que ser desenvolvido nos dois estágios de creche e de jardim de infância e ele contém uma dimensão de investigação sobre a prática que se constitui como motor da qualidade dessa prática. Eu penso que neste aspeto temos tido um bom contributo deste modelo de formação para a valorização por exemplo do trabalho em creche. Ele surge com a mesma dignidade académica do trabalho docente na educação pré-escolar ou no ensino fundamental ou até médio.

### **Como isso se configura a nível nacional, é específico da Universidade de Évora, ou tem outros exemplos desses no país?**

Tem, tem outros exemplos porque eu penso que é consensual ao nível dos especialistas da educação de infância, não há confusão nenhuma sobre a importância dos primeiros anos, a importância de uma formação sólida e, de que os primeiros anos são educação, não são assistência à família, são educação. Evidentemente também têm componente de assistência à família, mas, basicamente que um educador de infância é um profissional de educação e isso não há confusão, de Norte a Sul para todos os especialistas de educação de infância isso é um dado adquirido. Mas nós temos algumas complexidades e digamos que eu acho que faz falta ainda batalhar ao nível da construção de uma consciência pública sobre a importância e sobretudo sobre a complexidade do trabalho na creche. É essa complexidade que requer uma boa formação.

### **Mas o Mestrado em Educação Pré-escolar que inclui creche e pré-escolar atrai bastantes alunos, tem sido atrativo?**

Tem, tem, tem. Porque também é onde há mais emprego, na creche e no pré-escolar.

### **Quem faz só o Mestrado Pré-escolar-1º Ciclo é habilitado para trabalhar em creche também?**

Teoricamente é, como sempre foi. Mesmo antes da formação contemplar a creche, um educador de infância era um educador de infância e poderia trabalhar em tanto em creche como em jardim-de-infância. São as falhas que ainda existem no sistema quer da formação, quer da Lei de Bases do Sistema Educativo. Eu penso que é interessante o mestrado Pré-escolar-1º ciclo, acho que é interessante este diálogo. Você ontem assistiu a uma aula<sup>13</sup> onde pensamos a pedagogia do Pré-escolar e a pedagogia do 1º ciclo e como elas podem ter marcas fundamentalmente de continuidade e não de total rutura, não é? Evidentemente que é uma determinada pedagogia que pensa isso, eu acho isso interessante, só que é muito difícil com o tempo de formação que temos - e mesmo assim eles já têm cinco anos de formação - dar formação aprofundada para trabalhar com crianças dos 0 aos 10 anos. Por outro lado, eu acho que também não se pode pedir mais tempo e formação, não é sensato. Eu quando estudei tive 3 anos de formação, o último ano já era estágio total, pago, portanto, eu tive dois anos de formação basicamente e eu no final dos dois anos só queria ir trabalhar mas depois não parei de estudar, porque eu continuei a estudar a minha vida toda. Mas eu acho que manter os alunos afastados do exercício da profissão muitos anos, não é benéfico.

13 Pedagogia da Educação Pré-escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico

**Para contemplar o terceiro bloco eu queria fazer uma pergunta sobre o currículo. Tenho conhecimento desde o ano passado da revisão e atualização do currículo nacional que foi publicado recentemente e também participei do Encontro Regional da Associação dos Profissionais de Educação da Infância – APEI que ocorreu em Évora em 11 de março e que discutiu essa questão. A pergunta é: esse currículo compreende a creche ou só o pré-escolar?**

Esse currículo são as Orientações Curriculares para a Educação Pré-escolar (OCEPE)<sup>14</sup> que apenas nos seus princípios e fundamentos compreendem a creche, e essa é uma novidade, foi um pé na porta que foi colocado que os princípios e os fundamentos sejam os mesmos, quer para a creche, quer para o jardim-de-infância. Depois tudo quanto são as orientações curriculares é só para a educação pré-escolar – dos 3 aos 6. Esse documento é a revisão de um documento que saiu em 97, e que agora foi todo revisto e tem algumas mudanças. O Ministério de Educação está no processo de fazer sair orientações pedagógicas para a creche. E eu espero que essas orientações pedagógicas para a creche sejam feitas em perfeita sintonia com as orientações curriculares para a educação pré-escolar. Se já fizemos o diagnóstico que é preciso superar a fragmentação entre os 0 e os 3 anos e entre os 3 e os 6 anos, não podemos continuar a produzir documentos que não promovam essa continuidade e que não assumam o educador de infância como o professor das crianças, responsável pelo processo de educação das crianças dos 0 aos 6. Ele é um docente e tem que ser reconhecido como um docente e, portanto, eu espero que essas orientações, que estão a ser elaboradas a partir de uma iniciativa do Ministério da Educação em conjunto com o Ministério da Segurança Social, estejam de facto em sintonia e continuidade com as OCEPE. Esse é aliás um compromisso no âmbito do projeto da OCDE que detectando essa falha se comprometeu a desenvolver orientações curriculares para as crianças dos 0 aos 3 anos, o *Quality Matters*<sup>15</sup>. Portanto, eu espero que de facto o documento seja um documento de educação para os educadores de infância e não mais um documento a partir de uma lógica da resposta social-creche que é o que neste momento está regulamentado, mas é aquilo que nós sabemos que não deverá ser...

**Para finalizar esse bloco sobre currículo, então no caso da creche não estar contemplada nas orientações curriculares, quem determina o currículo para 0 a 3 anos? Existem orientações curriculares para essa faixa etária?**

Ainda não existem, estão a ser elaboradas.

**Nem da Segurança Social?**

Não, não. Não se fala em currículo, nem se fala em aprendizagem, é assim.

**Independentemente do nome que se dê fica assim, cada um faz a sua maneira?**

Não, a Segurança Social tem o documento que mencionei atrás para certificar a Qualidade. Dentro deste referencial, existe um instrumento – Perfil de Desenvolvimento Individual – que é uma Escala de Desenvolvimento que funciona como um instrumento regulador do trabalho dos educadores para o desenvolvimento da criança.

**Certo. Agora no seu conhecimento das creches que existe em Portugal, você diria que cada uma faz do seu jeito, adota uma própria maneira**

<sup>14</sup> <http://www.dge.mec.pt/ocepe/node/83>

<sup>15</sup> Refere-se ao documento Quality Matters in Early Childhood Education and Care: Portugal <https://www.oecd.org/education/school/Portugal%E2%80%99s%20ECEC%20country%20report.pdf>

## de trabalhar?

Adota uma própria maneira de trabalhar e eu diria que estão bastante à deriva, que estão bastante sem rumo porque a pressão, nós assistimos a muitas práticas institucionalizadas na creche. Os estudos sobre a qualidade em Portugal para as creches são inequívocos nesse sentido. Nomeadamente na zona do Porto há muitos estudos na equipa da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação em que os resultados da avaliação da qualidade das creches são sempre pobres, enquanto que no jardim-de-infância em Portugal a qualidade é média-bom. Eu também penso que há menos atenção a esta faixa. Para além da dificuldade com os rácios que já referi, temos também uma cultura que já podemos identificar como escolarizante na creche. De pré-escolarização, de fragmentação da criança e das suas aprendizagens... as crianças passam muitas horas dentro das instituições, às vezes em atividades sem sentido, mas também há boas experiências de creche. E agora começa-se a falar mais, até as redes sociais eu acho que têm contribuído para isso, não é? A divulgação de experiências de qualidade na creche tem acontecido mais, eu acredito que é um caminho que já não tem retorno, espero. Isto também coloca em causa alguns financiamentos porque o próprio financiamento por exemplo, o que aconteceu: os pais com a crise passaram a poder pagar menos na creche, não é? Não podiam pagar e então as IPSS recebiam menos dinheiro dos pais, mas o Estado continuava a dar o mesmo por cada criança. Portanto as IPSS entraram muitas delas em rutura financeira. O que é que fizeram? Colocaram mais crianças. É assim, é inevitável, tem que se pensar de facto que o acesso a uma creche é um direito, é um direito de todas as famílias porque mesmo as famílias que têm alguma possibilidade de estar com os filhos precisam de uma rede social de apoio. Hoje em dia como o mundo está, com famílias mais deslocalizadas das suas origens, da sua rede cultural que apoiava nesse processo a educação, os pais estão cada vez mais sozinhos para educar os filhos, têm menos filhos, menos crianças, o que traz mais insegurança aos pais, os pais não são tão experientes. Por outro lado, têm muita informação e não sabem para onde se vão de virar, e, portanto, precisam de facto de uma comunidade de diálogo, de apoio que eu acho que a creche devia ser uma comunidade, uma rede de apoio aos pais e às crianças e não apenas uma resposta para os pais que trabalham. Como nos diz o ditado popular, *"Para educar uma criança é preciso toda uma aldeia!"* A creche, na minha perspectiva pode ser a grande dinamizadora dessa aldeia.

## Exatamente. Se alguém tiver interesse em conhecer essas pesquisas sobre qualidade, você poderia indicá-las?

Sim, tenho. No relatório do documento "Pensar a Educação"<sup>16</sup> vêm referidos alguns. Eu penso que esse é um bom documento para se fazer o ponto da situação. É um documento que pensa também um pouco a situação da criança em Portugal e como ela foi marcada nos últimos tempos. Não só ainda há um défice de cultura sobre infância e sobre os direitos das crianças em Portugal, como elas foram grandemente afetadas pela crise económica e por todas as mudanças que Portugal teve nos últimos seis anos. Assistimos de facto a um aumento grande de crianças com fome, e crianças que não tinham de facto as condições básicas. Os próprios pais sofreram também um forte impacto ao nível do stress, das dificuldades de lidar com a vida, a falta de condições dignas de trabalho ou o desemprego, e isso refletiu-se muito nas crianças, muito e, portanto, é complicado... Portugal tem das mais baixas índices da natalidade da União Europeia, se não é o mais baixo é o segundo. E, portanto, eu acho que é urgente olhar para a infância e para a sua educação - as creches são fundamentais. É interessante que aqui em Lisboa, a Câmara de Lisboa tem um olhar sobre a creche como um direito social e um direito de todas as crianças, não só para as crianças que estão mais vulneráveis, de famílias mais vulneráveis, que com certeza que essas têm que ter uma atenção mais especial, mas para todas as crianças e famílias com crianças pequenas.

**É, esse foi o paradigma anterior, o atendimento se baseava no défice, tem que superar essa questão, não é? A era dos direitos deveria levar para essa superação.**

<sup>16</sup> Para consulta dos documentos produzidos em 2016 e 2017 ver <http://educacao-sec21.blogspot.pt/>

**Foi muito bom Assunção. Muito obrigada pela entrevista.**

### Referências

OECD (2012). **Quality Matters in Early Childhood Education and Care: Portugal 2012**, OECD Publishing. <http://dx.doi.org/10.1787/9789264176720-en>.

PORTUGAL. ISS. Instituto de Segurança Social. **Manual de Processos-Chave - Creche**. Lisboa: ISS, I.P, 2005. Disponível em <[http://www.seg-social.pt/documents/10152/13337/gqrs\\_creche\\_processos-chave](http://www.seg-social.pt/documents/10152/13337/gqrs_creche_processos-chave)>.

PORTUGAL. ISS. Instituto de Segurança Social. *Modelo de Avaliação da Qualidade Creche*. Lisboa: ISS, I.P, 2005a. Disponível em <[http://www.seg-social.pt/documents/10152/13666/gqrs\\_creche\\_modelo\\_avalia%C3%A7%C3%A3o/52f8c9e2-70fe-4181-a568-cb476b5a294e](http://www.seg-social.pt/documents/10152/13666/gqrs_creche_modelo_avalia%C3%A7%C3%A3o/52f8c9e2-70fe-4181-a568-cb476b5a294e)>.

SILVA, Isabel Lopes da (coord.) **Orientações Curriculares para a Educação Pré-escolar** (OCEPE) Disponível em <<http://www.dge.mec.pt/ocepe/node/83>>.

### Publicações da autora relacionadas ao tema

FOLQUE, Maria Assunção; OLIVEIRA, Vitor. Early Childhood Education For Sustainable Development in Portugal. In: **Siraj-Blatchford, John, Mogharreban, Cathy, Park, Eunhye** (Eds.). **International Research on Education for Sustainable Development in Early Childhood**. New York: Springer, 2016. (pp. 103-122) DOI 10.1007/978-3-319-42208-4

FOLQUE, Maria Assunção; LEAL-DA-COSTA, Maria da Conceição; ARTUR, Ana. A formação inicial e desenvolvimento profissional de educadores/professores monodocentes: os desafios do isomorfismo pedagógico. In: Carlos Humberto Alves Correa, Luciola Inês Pessoa Cavalcante & Michelle de Freitas Bossoli (org.). **Formação de Professores em perspectiva**. Universidade Federal do Amazonas. Manaus: EDUA, 2016. (pp. 177-236)

FOLQUE, Maria Assunção; TOMÁS, Catarina; VILARINHO, Emília; SANTOS, Leonor; FERNANDES-HOMEM, Luísa; SARMENTO, Manuel (2016). Pensar a educação de Infância e os seus contextos. In: M. Silva (Coord.), **Pensar a Educação: temas sectoriais**. Lisboa: Educa, 2016. (pp. 9-46)

FOLQUE, Maria Assunção; BETTENCOURT, Marta; RICARDO, Mónica. A prática educativa na creche e o modelo pedagógico do MEM. **Escola Moderna**, 3 (6.ª série), 13-34, 2015.

FOLQUE, Maria Assunção; MELLO, Suely Amaral. Criar uma comunidade com crianças dos três aos seis anos: o desenvolvimento pessoal e social na infância. In: Cleriston dos Anjos e Fernando Ilídio Ferreira (org.) **Infância e Educação: olhares sobre contextos e cotidianos**. Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 2015, p 89-104.

FOLQUE, Maria Assunção. Reconstruindo a cultura em cooperação mediado pela pedagogia para a infância do Movimento da Escola Moderna portuguesa, **PERSPECTIVA**, v. 32, n. 3, 951–975, 2014. <http://dx.doi.org/10.5007/2175-795X.2014v32n3p951>

FOLQUE, Maria Assunção. **O aprender a aprender no Pré-escolar: o modelo pedagógico do Movimento da Escola Moderna**. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2014.

FOLQUE, Maria Assunção (2012). Desenvolver a Qualidade em Parcerias (DQP): um referencial com potencialidades múltiplas. **Cadernos de Educação de Infância**, 95, 14-19.